

XXV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS

A VISÃO DA MULHER SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO RIO JEQUITINHONHA

Fernando S. C. Meirelles¹; Aline de M. Tavares²;

Danielli T. Latini³; Juliana N. de Araújo⁴; Maria Clara B. Brentano⁵;

Nathália S. Tomaz⁶.

Abstract: The role of women in water resource management was highlighted in the 1992 Dublin Declaration on Water and the Environment. The Dublin principles were reaffirmed at the World Conference on the Environment in Rio de Janeiro, ECO'92. However, this emphasis is not observed in the construction of the National Water Resources Policy (1997). Based on a program at the Federal University of Minas Gerais in the Jequitinhonha River Valley, an attempt was made to identify women's views on water resources. The option for an economically depressed region with environmental and land use conflicts made it possible to explore the different perceptions of women with different backgrounds and actions in social movements. After analyzing the responses, it is concluded that women have a different view of water resources, confirming the concern that led to the conception of the Dublin-Rio Principles.

Resumo: O papel da mulher na gestão de recursos hídricos foi destacado na Declaração de Dublin sobre Água e Meio Ambiente, de 1992. Os princípios de Dublin foram reafirmados na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente do Rio de Janeiro, a ECO'92. No entanto, não se observa esse destaque na construção da Política Nacional de Recursos Hídricos, de 1997. A partir de um programa da Universidade Federal de Minas Gerais no Vale do Rio Jequitinhonha, buscou-se identificar qual é a visão da mulher sobre os recursos hídricos. A opção por uma região economicamente deprimida e com conflitos ambientais e pelo uso da terra possibilitou explorar as diferentes percepções de mulheres com diferentes formações e atuações em movimentos sociais. Após a análise das respostas, conclui-se pelo olhar diferenciado das mulheres sobre os recursos hídricos, confirmando a preocupação que levou a concepção dos Princípios de Dublin-Rio.

Palavras-Chave – Princípios de Dublin, Mulher, Jequitinhonha

INTRODUÇÃO

Em 1992 como evento preparatório para a Rio-92, realizou-se em Dublin a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, que estabeleceu princípios e recomendações para a

¹IPH/UFRGS, Av. Bento Gonçalves, 9500 – Caixa Postal 15029, 91.501-970 – Porto Alegre, RS. (51) 33086566. fernandomeirelles@gmail.com

²UFMG Rua Constantino Siqueira dos Santos, 392/casa, Paqueta, Belo Horizonte, MG. alinetavares.csa@gmail.com 31 99373-2585

³UFMG Rua Pica-Paus, 65, ap 206 - bairro Vila Cloris. BH/MG danit.latini@gmail.com 31 991626228

⁴UFMG Rua Princesa Leopoldina, 163, 404, bairro Ipiranga. Belo Horizonte-MG. jujunaim@gmail.com 31 988514054

⁵UFMG Rua Martinica, 115/ap 304, Santa Branca, Belo Horizonte, MG. maria.buschinibrentano@gmail.com 31 999875878

⁶UFMG Rua Alexandre Siqueira 104/ap 201, Caiçara, Belo Horizonte, MG. nathsegato@gmail.com 31 98766-5221

gestão de recursos hídricos (UNEP, 1992). O documento final, firmado por representantes dos países participantes, dentre eles, o Brasil, apresenta apenas quatro princípios. Segundo o Princípio nº 3:

As mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção das águas. Este papel central das mulheres como provedoras e usuárias da água e guardiãs do ambiente em que vivem raramente tem sido refletido nos arranjos institucionais para o desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos. A aceitação e implementação deste princípio exige políticas positivas para atender às necessidades específicas das mulheres e equipar e empoderar mulheres para participar em todos os níveis nos programas de recursos hídricos, incluindo a tomada de decisões e implementação, de maneira definida por elas mesmas.

Os Princípios de Dublin foram ratificados na Rio-92, sendo denominados então de Princípios Dublin-Rio. Desde essa declaração, muitas ações vêm sendo desenvolvidas com mulheres na África e na Ásia, em regiões de escassez hídrica. No Brasil, no entanto, as iniciativas são tímidas e desarticuladas com a legislação vigente sobre recursos hídricos.

A Lei 9433/97, por exemplo, não dá nenhum destaque para a participação da mulher na gestão dos recursos hídricos no Brasil, mesmo tendo sido promulgada cinco anos após a Conferência de Dublin.

De acordo com Matos, Dias e Carrieri (2022), as abordagens tradicionais têm um discurso masculinizado, enfatizando construção, comando e controle, tendo foco em melhorias técnicas e soluções setoriais, sem atenção à sustentabilidade. Dessa forma, estariam desarticuladas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Compreender essas relações de poder na gestão dos recursos hídricos focando na questão de gênero, portanto, é coerente com os princípios atuais de sustentabilidade, segurança hídrica e sustentabilidade.

Para avaliar a validade do princípio nº 3 de Dublin, foi realizado um levantamento sobre a visão da mulher sobre os recursos hídricos na bacia do rio Jequitinhonha. Esse levantamento faz parte de um projeto de empoderamento feminino para participação na gestão dos recursos hídricos denominado Rio Lilás, composto de três eixos: identidade, capacitação e integração. No eixo identidade buscou-se caracterizar a visão da mulher sobre os recursos hídricos. No segundo, será realizada a capacitação para atuação no sistema de gerenciamento de recursos hídricos e no terceiro será montada uma rede de integração de coletivos femininos para atuação articulada na gestão da bacia.

OBJETIVOS

O trabalho realizado teve como objetivos:

- Registrar a fala das mulheres do Vale do Jequitinhonha sobre a relação dos recursos hídricos com a sua cultura, sua história, seu desenvolvimento e seu ambiente, buscando compreender o arranjo social vigente e as possibilidades que podem resultar do empoderamento dessas mulheres na busca do desenvolvimento sustentável da região;
- Comparar essa visão com os dados existentes sobre a bacia nos órgãos oficiais;
- Avaliar a percepção das mulheres sobre o arranjo de gestão de recursos hídricos existente.

A BACIA DO RIO JEQUITINHONHA

A bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha possui uma área de 69.479,39 km² e uma população atual estimada de 815.084 habitantes, distribuídas entre 69 municípios do estado de Minas Gerais e 5 municípios da Bahia (IBGE, 2022). Os municípios que fazem parte da bacia do rio Jequitinhonha estão distribuídos nas mesorregiões mineiras do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte de Minas e Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas mesorregiões do Sul Baiano e Centro-Sul Baiano.

De acordo com o IBGE (2010), 67% da população da bacia do Rio Jequitinhonha se autodeclara Parda, 24% Brancas, 8% Pretas, 0,8% Amarelas e 0,1% Indígenas. Também de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a taxa de urbanização da bacia é de cerca de 60%. Quanto à escolaridade, mais de 70% da população com 25 anos ou mais não têm instrução formal ou apresenta o ensino fundamental incompleto.

A região é marcada pela diversidade étnica, social e cultural, com a presença de povos indígenas, quilombolas, populações ribeirinhas, agricultores familiares, comunidades tradicionais e uma população urbana em crescimento. Segundo Fávero (2014, p.8), essa característica da região se dá “em função da presença ancestral de diversos grupos humanos e da lógica de colonização e relações sociais estabelecidas ao longo do tempo”.

Antes da chegada dos primeiros colonizadores, que a partir do século XVIII se dirigiram em massa à região em busca de ouro e diamante, já habitavam ali diversas sociedades indígenas, como os Maxacalis, os Aranãs e os Pataxós. O processo de ocupação do Vale do Jequitinhonha ocorreu de forma intensa, em um primeiro momento, em torno da exploração mineral, sobretudo nas regiões do alto e médio Jequitinhonha, dando início ao nascimento de diversos povoados e vilas. Já a região do baixo Jequitinhonha, começou a ser ocupada cerca de um século mais tarde, de forma mais lenta, com a expansão da pecuária oriunda do litoral baiano. De acordo com Souza (2010):

se a primeira foi caracterizada pelo ritmo frenético da atividade mineradora e pela força do elemento urbano no ordenamento da vida social, esta segunda acompanhava o ritmo próprio do passo de boi e fundou as bases da organização social, ainda hoje fortemente marcada pelos elementos constitutivos do mundo rural. (SOUZA, 2010, p.12)

Souza (2010) também destaca a importância do Rio Jequitinhonha no processo de ocupação da região a partir do século XIX, principalmente na consolidação da cidade de Araçuaí como o principal centro comercial da região. Além disso, por ser via de escoamento de produtos entre o norte de Minas e Belmonte, onde se localiza sua foz, nasceram ao longo das margens do Jequitinhonha diversas cidades como Almenara, Itinga, Itaobim e Jequitinhonha.

Mais recentemente, a partir da década de 70, a região sofreu mudanças significativas em sua economia e em sua demografia. Com fomento do Estado, a região passou a ser alvo de políticas públicas desenvolvimentistas que se materializam na forma de construção de hidrelétricas, atividades de mineração, plantação de monocultura de eucalipto e criação de gado. Esses empreendimentos agravaram problemas sociais antigos, como a concentração de terras e a exclusão social dos povos indígenas e das populações negras e mestiças.

Sobre a ocupação atual no Vale do Jequitinhonha, Souza (2010) diz que:

apesar da mudança que a monocultura do eucalipto provocou na paisagem e do lugar que passou a ocupar na economia, se ainda há alguma atividade mineradora tradicional na região, ela está concentrada no alto Jequitinhonha. Enquanto isso, no baixo predomina a pecuária e, no médio, um misto de agricultura, pecuária e mineração, inclusive da nova mineração de grafite, lítio e granito no circuito Araçuaí, Pedra Azul e Medina (SOUZA, 2010, p.22)

Segundo Oliveira et al (2002),

o Estado de Minas Gerais arrendou no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, entre os anos de 1975 e 1987, cerca de 240.000 ha para empresas do ramo siderúrgico e de papel e celulose. Dezoito empresas ocupam as terras devolutas arrendadas pelo Estado, reguladas por 92 contratos (...) se aplicarmos aos 435.000 ha de reflorestamento, especialmente com eucalipto, no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, entre os anos de 1972 e 1983 (IBDF/MG) onde o clima é próximo ao semiárido, com precipitação média anual, em sua grande maioria, abaixo de 1100 mm, teremos um quadro altamente preocupante para os recursos hídricos regionais. (...) adotando a precipitação média anual de 1100 mm, é gerada uma diminuição anual na recarga em torno de 225 mm, equivalente $9,78 \times 10^8 \text{ m}^3$ /ano para a área reflorestada.

Quanto à ocupação da porção baiana da bacia do Rio Jequitinhonha, essa se deu, inicialmente, em função da exploração desenfreada de recursos naturais (sobretudo de pau-brasil) pelos portugueses, que invadiram o território no século XVI, dizimando e escravizando os povos indígenas que ali habitavam. Dois séculos mais tarde, tem-se o início da atividade econômica mais pujante da região, o plantio de cacau, que, segundo Neto (2013, p.252), tem uma “influência decisiva com relação a uma nova configuração espacial da grande região Sul da Bahia”. Durante esse período, a região recebeu grande número de escravos africanos, migrantes nordestinos e imigrantes europeus. A cidade de Belmonte, onde o Rio Jequitinhonha encontra o oceano Atlântico, ainda hoje é cercada por fazendas de cacau e possui uma arquitetura que remonta aos tempos áureos da produção cacaueteira na região, durante grande parte do século XX.

A região do extremo sul da Bahia também tem sido ocupada nas últimas quatro décadas por grandes empresas produtoras de eucalipto. Segundo Almeida et al (2008), isto se deve pelas condições do solo da região, escoamento da produção via porto de Vitória no Espírito Santo e de Ilhéus na Bahia, a disponibilidade de grandes extensões de terra a bons preços, além do fácil acesso a mão de obra. Ainda segundo os autores, a expansão do eucalipto no sul baiano intensificou a concentração fundiária, resultando em um intenso êxodo rural, que, por sua vez, ocasionou um crescimento desordenado das áreas urbanas da região.

De acordo com a FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP (2017), que desenvolveu um Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha mineiro,

a região apresentou uma taxa de crescimento populacional menor do que a taxa estadual. Apesar de ter apresentado um crescimento vegetativo (que leva em conta apenas o número de mortes e o número de nascimentos) significativo em todos os seus microterritórios, esse baixo crescimento populacional se deu por conta dos fluxos migratórios para fora da região, principalmente para outros municípios mineiros e para o estado de São Paulo. Os principais fatores que explicam este fluxo migratório são o declínio econômico da região nas últimas décadas, e as questões climáticas. (...) A queda na fecundidade poderia estar refletindo um desequilíbrio entre os sexos, dada a intensidade dos fluxos migratórios. Contudo os dados não confirmam essa hipótese, uma vez que a razão de sexo da faixa etária de reprodução (15 a 49 anos) permanece constante nos anos de 2000 e 2010, ou 100 homens para cada 96 mulheres. No estado como um todo, essa relação é inversa e constante nesses dois anos, em torno de 98 homens para cada 100 mulheres.

Ainda de acordo com a FJP (2017),

já nos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha, o que se verifica é uma combinação da queda na taxa de fecundidade com saldos migratórios negativos. A média para fecundidade total dos dois territórios passa de 3,3 filhos por mulher em idade reprodutiva em 2000 para 2,2 em 2010 e, durante essa mesma década, a diferença entre os imigrantes e os emigrantes resultou saldos negativos, produzindo uma taxa líquida migratória de -9,01 por mil habitantes.

(...) permitiu chegar à conclusão de que, no Alto Jequitinhonha, as atividades com maior participação na estrutura produtiva regional e que apresentaram, simultaneamente, crescimento relativo diferenciado, especialização e vantagens competitivas foram: agricultura, silvicultura, exploração florestal; pecuária e pesca; fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos; comércio; e administração pública. No Médio/Baixo Jequitinhonha, por sua vez, as atividades principais identificadas foram: pecuária e pesca; fabricação de outros produtos minerais não metálicos e a administração pública.

A porção mineira apresenta três comitês de bacia instalados e em funcionamento: JQ1 – Alto Jequitinhonha; JQ2 - bacia do rio Araçuaí; e JQ3 – Médio e Baixo Jequitinhonha Mineiro. A porção baiana não apresenta comitê instalado e não existe comitê federal da bacia.

Os principais usos de água na bacia são a agricultura, a pecuária, a mineração e as atividades minerárias. Em relação aos usos de água cadastrados ou outorgados, a água superficial responde pela quase totalidade do volume. A água subterrânea é utilizada principalmente para abastecimento público. Os principais fatores de alteração da qualidade da água são o desmatamento, a agropecuária, a mineração, o garimpo e o lançamento de efluentes domésticos.

O desmatamento, principalmente da mata ciliar, tem aumentado o processo de erosão e de assoreamento, de acordo com a FJP (2017). As áreas de reflorestamento, localizadas principalmente no Alto Jequitinhonha, segundo o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM (2018), apresentam elevado potencial de contaminação por insumos agrícolas. Também no alto curso estão as atividades minerárias principais, com destaque para diamante, ouro e quartzo e de pedras coradas na sub bacia JQ2.

As técnicas de mineração desenvolvidas no leito do rio utilizam dragas, com revolvimento do leito. As atividades industriais são menos expressivas e tem destaque nos ramos alimentício, cerâmico e têxtil, também concentrando-se na parte alta da bacia e junto ao ribeirão São Pedro.

METODOLOGIA

Para capturar a visão da mulher sobre a gestão dos recursos hídricos na bacia do rio Jequitinhonha, foi preparado um roteiro de entrevista a ser aplicado para todos os entrevistados, seguindo a lógica de uma entrevista semiestruturada.

Quadro 1- Roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista	
Introdução	Qual sua idade? De qual região e cidade do Vale é? Qual sua profissão? Como foi sua infância no Vale? Como você lembra dos rios ou riachos próximos à sua casa quando você era criança?

Experiências pessoais e relação com a água	Percebe algum problema na região com relação ao abastecimento dos rios? Quais mudanças você observa no rio ao longo dos anos? Há quanto tempo mora no Vale? Qual cidade? Tem uma opinião pessoal formada sobre quem deveria usar e cuidar da água e os limites do uso (quem deveria usar menos, mais...)? Quais mudanças você observa no rio ao longo do ano? Sente que a água tem um protagonismo na região? Nas festividades... existem referências. Tem alguma memória familiar com relação a ir aos rios, parentes que trabalharam diretamente com as fontes hídricas no Vale?
Uso/conflitos da água	Para além do uso doméstico, você destaca outros usos da água na sua vivência pessoal? Qual é o rio mais próximo da sua casa? Você faz uso de suas águas? Como?
Gênero, água e gestão	Você acha que alguém deveria cuidar das águas? Alguma vez você participou de uma discussão sobre água? Alguma vez tentou denunciar ou reclamar sobre água e não foi ouvida? Como você se identifica na luta pelas águas? Você diria que desempenha algum papel? Na sua opinião, qual o papel da mulher na luta pelas águas?
Sonhos e Pesadelos	Você enxerga algum desafio para os próximos anos no Vale? Quais ações do presente podem causá-lo? Esse é um assunto que preocupa as mulheres do Vale? E os homens? Você tem algum sonho para o Vale? O que precisa para alcançar esse sonho? Quem faz parte dele?
Comunicação nas comunidades e entre as mulheres	De que formas vocês se comunicam nas comunidades? Como as mulheres se comunicam? Quais meios mais utilizam? Há algum local/momento específico de encontro e compartilhamento de informações?

Foram entrevistados 4 homens, 4 coletivos de mulheres e 30 mulheres de forma individual. As profissões variaram desde garimpeira a professora universitária, incluindo prefeitas, deputados, agricultoras, lavadeiras, empresárias e pescadoras, entre outras.

Propositalmente não foram entrevistados os dirigentes de comitês de bacia, com exceção de uma entrevistada que era presidente e uma que já tinha exercido a secretaria de um dos três comitês, mas tinham atuações destacadas em movimentos sociais e sindicato de trabalhadores rurais. Assim, a posição buscada nas entrevistas era de pessoas externas ao arranjo institucional. Na segunda etapa do projeto os comitês serão elementos chave para a capacitação das mulheres interessadas.

As entrevistas foram distribuídas pelos municípios da bacia de acordo com a Figura 1.

Projeto Rio Lilás

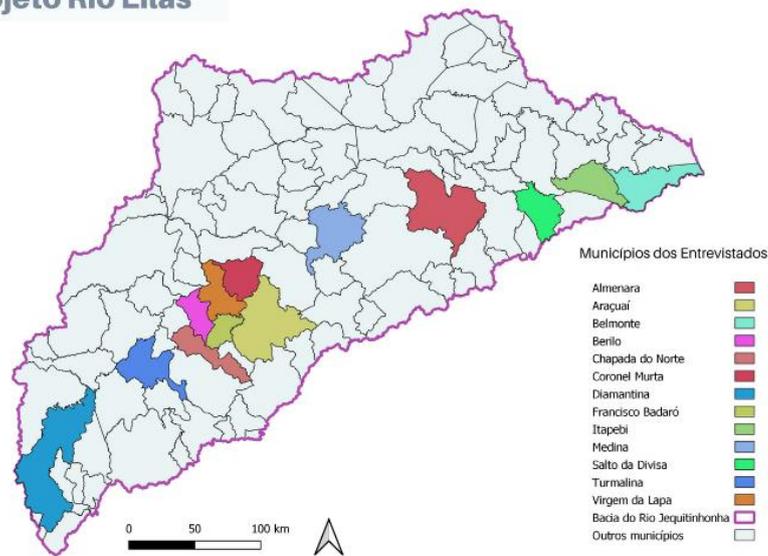


Figura 1 – Bacia do rio Jequitinhonha tendo em destaque os municípios onde foram realizadas as entrevistas

A partir da análise dos discursos é possível perceber que se conhece nada ou muito pouco dos Comitês de Bacias e sua atuação. Apesar disso, algumas pessoas relataram determinados conhecimentos a respeito de gestão pública e projetos colaborativos, mostrando determinado engajamento em ações socioambientais e políticas. Todos os entrevistados que falaram a respeito de gestão hídrica defendem uma gestão participativa e compartilhada entre diferentes membros da sociedade, além de uma gestão regional. Para aquelas pessoas que participam do comitê de alguma forma, parece haver uma descrença quase unânime. Muitos não acreditam no comitê ou criticam sua eficácia e contribuição. Um dos pontos negativos alegados foi o de que CBHs não são inclusivos da forma que deveriam, uma vez que há dificuldade em participar do conselho, seja por falta de conhecimento ou por questões geográficas ou dificuldades econômicas. Em contrapartida, muitos que alegaram não conhecer os CBH demonstraram interesse em saber mais e participar.

Nesse sentido, foi possível observar os seguintes perfis das mulheres que vivenciam a comunidade e os problemas da água:

- 1- A mulher que não tem ideia do que é comitê e pouco sabe sobre gestão, políticas públicas etc., mesmo assim possui conhecimento do rio e seus ciclos e outros saberes, como os tradicionais;
- 2- A mulher engajada socialmente, ativista em sua comunidade, que tem papel político, tem conhecimento sobre os rios e acontecimentos locais, mas não conhece o Comitê;
- 3- A mulher participante de um Comitê, que possui cadeira em nome de alguma instituição, é ativista, mas não está falando por outras mulheres ou não sabe das potencialidades dessa participação;
- 4- A mulher que conhece a gestão de recursos hídricos e participa do comitê, mas está decepcionada com a lentidão do sistema e possui muitas críticas sobre essa política.

No que se refere a questão de qualidade da água no Vale do Jequitinhonha, foi possível notar a recorrência de uma série de conflitos vinculados a poluição da água diante da ausência de tratamento de esgoto, doenças como verminoses, questões sobre a insuficiência do padrão de potabilidade das águas em certas regiões e rápido escoamento da água de boa qualidade. Em sua maioria, supõe-se

que a chegada de grandes empreendimentos como a UHE Itapebi e barragem para abastecimento urbano modificaram a relação das pessoas com as fontes de água que outrora faziam uso. De acordo com as entrevistas, tem sido cada vez mais inviável consumir a água diretamente dos corpos d'água, tornando as comunidades dependentes de soluções técnicas como a instalação de cisternas e a vinda de caminhões pipa, que falham na perspectiva de longo prazo da segurança hídrica.

A proximidade com a água também é um marco. Uma série de histórias de infâncias vividas próxima aos rios e córregos da região, constroem um sentimento de pertencimento singular na mulher do Jequitinhonha. Essas delimitam o uso da água direto no passado, como lavar roupas no rio, buscar água para uso próprio, lazer dentre outros usos diretos. Atualmente, o contato direto com os corpos hídricos se tornou raro, distanciando a relação afetiva da mulher com os rios da bacia.

Observa-se nas entrevistas um perfil de mulher marcado por uma imensa vontade de mudar, de indignação e denúncia. Entretanto, não foi identificada a prática da ação efetiva, que trouxesse alguma intervenção ou mudança nos sistemas. Quando questionadas sobre seus sonhos e pesadelos sobre o vale, as mulheres descreviam a bacia que elas querem e seus medos quanto ao futuro incerto. Em primeira instância, a bacia desejada traz o senso de coletividade: “uma água abundante e limpa para toda a população”. Os receios são direcionados para qualquer situação que maximize a escassez, como o avanço da monocultura

Os homens entrevistados enxergam as mulheres como “aliadas” e conseguem incentivar uma luta conjunta. Nessa perspectiva, eles entendem a relevância e a força potencial da mulher, bem como a sua sensibilidade. Em uma das entrevistas, um interlocutor relata que levou uma demanda hídrica para a câmara de vereadores onde apenas a única mulher presente se dispôs a ouvir e participar do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi analisado o olhar da mulher sob a água e assim, identificado um perfil marcado pela sensibilidade e pelo engajamento.

A sensibilidade é expressa em uma preocupação maior com o outro, com a saúde e com a sociedade em geral, que leva a um senso de coletividade, que entende que a água é um bem comum e que deve atender a todos os grupos, e portanto, está disposta a ouvi-los. As histórias relatadas que descrevem os costumes de lavar as roupas no rio, buscar água, pescar e demais atividades ligadas aos corpos hídricos, que se eram vivências coletivas. As mulheres de uma determinada comunidade se encontravam, se ajudavam, se conheciam nesses momentos, o que influencia a formação de mulheres com esse olhar social para os recursos hídricos. As entrevistadas mais jovens descrevem essa ligação especial como senso de responsabilidade social e não como um sentimento natural da mulher, o que foge aos estereótipos de feminilidade implícitos na análise majoritária.

O engajamento se fez presente nos relatos das lutas já existentes. A mulher do vale se organiza, frequenta reuniões e discute os problemas da comunidade.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a existência da diferença entre a visão masculina e feminina sobre recursos hídricos, a resposta é afirmativa e que a diferença é muito clara. A visão da mulher traz um lado mais sensível e holístico, abordando a importância da água de uma maneira mais ampla, considerando usos religiosos, recreativos, contemplativos, afetivos e de conservação. A visão masculina traz um olhar para a água como recurso para o agronegócio e usos de abastecimento e saneamento no geral, trazendo uma visão mais ligada à engenharia e à economia para a gestão.

Ao comentar essa diferença, muitas mulheres se demonstraram incomodadas com a visão masculina sobre a água, uma que essa visão exclusivamente socioeconômica da água seria a principal responsável pela escassez e poluição hídrica, pois desconsidera outros aspectos socioambientais, como o valor da conservação e preservação das águas para futuras gerações e demandas holísticas.

Então, observa-se que, pela fala dos entrevistados, na bacia do rio Jequitinhonha a situação de desigualdade da visão sobre os recursos hídricos se mantém, o que gera a compreensão de uma governança falha e insustentável. Os problemas relatados são correntes e sua permanência é aderente a um processo de exclusão das mulheres na gestão das políticas públicas.

A situação encontrada remete à conclusão das Nações Unidas (UNITED NATIONS, 2021) sobre a situação da água e dos recursos hídricos em 2021:

Os processos de gestão da água tendem a incluir apenas um número limitado de partes interessadas e a se concentrar estritamente na exploração dos recursos hídricos para priorizar os objetivos econômicos. Tais abordagens tecnocráticas ou estreitas de gestão da água têm sido criticadas por motivos sociais e ambientais. Gestores de água e tomadores de decisão precisam ir além do 'setor de água' não apenas para alcançar aqueles setores e indústrias que implicitamente decidem sobre o uso da terra e da água no curso de seus negócios, mas também para incluir comunidades que foram historicamente excluídas da governança dos recursos naturais e gestão da água. Essa ampliação de interesses para incorporar valores múltiplos em um processo de tomada de decisão adiciona complexidade ao processo formal. Também pode encontrar resistência de interesses investidos conforme demandas conflitantes ou visões de mundo relacionadas a como a água e a terra devem ser usadas ou protegidas são trazidas à mesa.

Embora a Declaração de Dublin seja de 1992, o olhar da mulher não foi contemplado nos planos de desenvolvimento da bacia, haja vista sua total ausência durante a criação destes documentos. Tal circunstância torna-se ainda mais nítida ao passo que nenhuma das entrevistadas tem conhecimento do plano e sequer menciona ele ao falar sobre a questão hídrica.

As falas colhidas reafirmam a visão que os princípios de Dublin-Rio trazem e que deveriam ter sido considerados na Política Nacional de Recursos Hídricos. A continuidade do projeto Rio Lilás deve buscar romper com a invisibilidade das mulheres na questão dos recursos hídricos, através de um processo de capacitação e de integração dos diferentes coletivos representantes de mulheres. Espera-se encontrar resistências nesse processo, inclusive de entidades que sejam representadas eventualmente por mulheres nos comitês de bacias, pois será necessário discutir a representação do olhar da mulher nesses colegiados, ou seja, mulheres falando por coletivos de mulheres é diferente de mulheres falando por instituições da sociedade civil, de governos ou de usuários.

REFERÊNCIAS

Matos, Fernanda; Dias, Reinaldo; Carrieri, Alexandre de Pádua. *Perfil dos representantes dos conselhos estaduais de recursos hídricos e a voz das mulheres nesses espaços*. Belo Horizonte: FACE – UFMG, 2022.

Oliveira, Fernando. Menegasse, Leila Nunes. Duarte, Uriel. *Impacto ambiental do eucalipto na recarga de água subterrânea em área de cerrado, no médio vale do Jequitinhonha, Minas Gerais*. SUPLEMENTO - Anais do XII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas. 2002. Disponível em: <https://aguassubterraneas.abas.org/asubterraneas/issue/view/1187>

Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Relatório anual de gestão e situação dos recursos hídricos de Minas Gerais -2014/2017 / Instituto Mineiro de Gestão das Águas. --- Belo Horizonte: IGAM, 2018. 135 p.: il. ISBN: 978-85-53054-03-9

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. *International Conference on Water and the Environment: development issues for*

the 21st century (1992: Dublin, Ireland). ICWE. 1992. Geneva, Switzerland. Disponível em: <https://wedocs.unep.org/20.500.11822/30961>

UNITED NATIONS. *The United Nations World Water Development Report 2021: Valuing Water*. UNESCO, Paris. 2021.

Fundação João Pinheiro. *Plano de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha* / Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2017. 6 v.: il.

AGRADECIMENTOS - Os autores agradecem o apoio da Deputada Áurea Carolina e a atenção de todos os entrevistados.